

“A MÃE SERÁ EDUCADA E APRENDERÁ CRIAR SEU FILHINHO”: as ações públicas e privadas para institucionalização das políticas de saúde direcionada às mulheres e às crianças, em Teresina-PI (1930-1940)¹

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses
Mestre em História do Brasil PPGHB/UFPI e Professora Formadora UFPI/EaD
livisuelen@hotmail.com

Em verdade, não temos assistência social, contudo, a deveríamos ter, ao menos para orientar essas infelizes em seus costumes e hábitos, para a educação da gestante, onde a maioria mantém a ideia de não tomar banho, porque, assim, o parto vai ser dificultado porque o feto engorda e cresce muito. É a ignorância que perdura por falta de orientação, pela ausência de um serviço que deveríamos ter, porque se o tivéssemos, aliados um ao outro, serviço social e serviço médico, proporcionar-nos-ia, com a nossa capacidade de trabalho, dar à gestante de nosso Estado mais educação, mais orientação para melhoria de seus hábitos e costumes. (MARTINS; PAZ, 1961)

Em trecho do artigo *Mortalidade Infantil no Piauí: Influência da má assistência obstétrica* publicado pelos médicos Ursulino Martins² e Renato Paz³, na Revista da Associação Piauiense de Medicina, em início da década de 1960 reflete as permanências no que diz respeito à assistência materna e infantil em cenário teresinense. A elevada taxa de mortalidade infantil funcionou como a justificativa principal na tentativa de consolidação dos “conhecimentos médicos modernos”, adquiridos nas Faculdades de Medicina. Entre as causas dessa mortalidade eram apontadas tanto a má assistência das parteiras, as falta de conhecimentos necessários sobre os partos e a ignorância das próprias mães.

¹ Artigo produzido a partir dos capítulos 01 e 02 da dissertação de mestrado da autora, orientada pela professora Dra. Elizangela Barbosa Cardoso, defendida em 2014, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ver MORAES, Lívia Suelen Sousa. *Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)*. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. p. 47-87.

² Cirurgião, ginecologista, obstetra. Foi presidente do Instituto de Assistência Hospitalar do Estado do Piauí, diretor do Hospital Getúlio Vargas. Em 1954, transferiu-se para a Maternidade São Vicente, tornando-se diretor.

³ Médico Obstetra. Foi superintendente da extinta Legião Brasileira de Assistência. Foi o primeiro diretor da Maternidade São Vicente, em Teresina, durante treze anos.

A resistência ao saber médico e aos serviços de saúde materno-infantil se manifestam na permanência de práticas tradicionais de cura, de parto e de cuidados infantis. Apesar da emergência de instituições de saúde materno-infantil, da ação médica em prol do reconhecimento e legitimação de suas atividades, da desqualificação do trabalho das parteiras e do saber das comadres, das vizinhas e das avós, as práticas tradicionais de cura, a elaboração de remédios caseiros, a automedicação, os partos domésticos e a atuação das parteiras sobreviveram, ora mantendo seus procedimentos, ora incorporando saberes médicos.

Em meio a este campo de disputas e transformações interessa-nos, neste trabalho, analisar as particularidades da constituição de um campo de assistência à saúde materno-infantil no Piauí, especialmente em Teresina durante a primeira metade do século XX.

O artigo objetiva, portanto, situar o processo de institucionalização das políticas de saúde públicas voltadas para as mulheres e as crianças, em Teresina, nas décadas de 1930 e 1940. Ressaltam-se as iniciativas da sociedade civil, a parceria estabelecida com poderes públicos nacionais e estaduais e o crescimento de instituições médicas particulares, como decisivos na constituição do campo de saúde materno-infantil. No recorte temporal, há mudança de abordagem dos problemas sanitários, com a guinada para o cunho preventivo. A saúde da criança e da mulher/mãe passa a ser considerada fator primordial de regeneração nacional e futuro do país. No Brasil, até a década de 1930, os serviços voltados à área materno-infantil foram, na sua maioria, de caráter filantrópico e executados por instituições privadas.

Por iniciativa dos Drs. João Emílio Falcão Costa⁴ e Antonio Maria de Resende Correia⁵, especialistas em obstetrícia, criou-se, em 1933, a Enfermaria São Francisco, na

⁴ Nascido em Flores, hoje Timom - MA, em 1903. Médico e político. Renomado ginecologista. Ex-diretor do Hospital Getúlio Vargas e do Centro de Saúde de Teresina. Ver: GONÇALVES, 2003. p. 133.

⁵ Natural de União-PI. Médico e político. Formado em Medicina pela Universidade do Brasil. Especializou-se em ginecologia e obstetrícia. Foi professor catedrático da Escola Normal de Teresina e presidente da Associação Piauiense de Medicina. GONÇALVES, op. cit., p. 125.

Santa Casa de Misericórdia de Teresina⁶, destinada à clínica obstétrica, com aproximadamente quarenta leitos. À época, este era o único hospital que prestava assistência na cidade, funcionando à mercê de subvenções, de indulgências e de doações voluntárias, das rendas auferidas com a administração cemiterial (NOGUEIRA, 1996, p.28), bem como de recursos do Estado (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.46).

Pela primeira vez, parturientes e puérperas tiveram acesso diferencial no espaço hospitalar (Ibid., p.44). Na perspectiva médica, tratava-se de uma iniciativa que visava alterar o panorama da mortalidade materna e infantil durante e após o parto.

Na Santa Casa, desde o final dos anos 1920, a cesariana era uma prática já concretizada como possibilidade de salvar a vida da mãe e da criança (MONTEIRO, 1993, p.156). Os atendimentos médicos no espaço hospitalar se limitavam a casos de complicações (COSTA, 1939, p. 115-118; MONTEIRO, 1993, v. 4, p.143) e necessidades cirúrgicas (FURTADO, 1939, p. 125-129; FURTADO, 1940, p. 16-20). À época, havia muito receio de fazer-se uma cesariana, restringindo-se apenas aos casos necessários.(MONTEIRO, 1993, v. 4, p.156).

A essa mesma época, estabelecia-se o Conselho Protetor de Mães Pobres, junto à Santa Casa de Misericórdia em Teresina, cujo objetivo era recolher fundos, através de quermesses, leilões e outras festas, para a fundação e posterior incremento de uma maternidade em Teresina (CARDOSO, 2010, p.429).

A primeira instituição direcionada unicamente à assistência infantil, no Estado, foi o *Lactário Suzanne Jacob*, em Parnaíba. A iniciativa coube a Roland Jacob, alto comerciante da cidade (LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939, p.139-140; CARDOSO, 2010, p.430). Em 1935, através da ação filantrópica, deu início à construção do lactário, que em 1938 encontrava-se em pleno funcionamento (LACTÁRIO SUZANNE JACOB..., 1939, p.139-140). O *Lactário Suzanne Jacob*

⁶ O atendimento hospitalar até a década de 1940, em Teresina, estava centrado na Santa Casa de Misericórdia. Fundada, em 1849 na cidade de Oeiras, com a denominação Hospital de Caridade, fora transferida para Teresina em 1854. A instituição atendia, de acordo com registros estatísticos de ordem epidemiológica, casos de febre catarral, sífilis, reumatismo e intervenções em clínica cirúrgica, ainda com poucas condições e falta de médicos. Ver: SANTOS JUNIOR, 2003, p.79-81; SILVA, 2007.p.29.

posteriormente passou a denominar-se *Posto de Puericultura Suzanne Jacob* (CARDOSO, 2010, p.430). O atendimento era direcionado às crianças pobres com idade até 18 meses (LACTÁRIO SUZANNE JACOB..., 1939, p.139-140).

A ação da sociedade civil, em Parnaíba, na criação de instituições de assistência à saúde não se restringiu aos casos apresentados, pois, nos anos 1930, era a Sociedade Feminina de Proteção aos Pobres que custeava uma delegacia de saúde municipal (ESTADO DO PIAUÍ, 1931 – 1935, p.41). Fruto da iniciativa do Dr. Mirócles Campos Veras, a ação da Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Parnaíba (SPMIP), em 1936, iniciou a construção da Maternidade Marques Bastos, na cidade (RAMOS, 2003, p.87).

Na cidade de Piracuruca, as instituições da assistência materno-infantil também foram frutos de iniciativas beneméritas, especialmente do Dr. João Fortes Siqueira (Ibid., p.100-103). A sua primeira ação foi a fundação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piracuruca, com objetivo de angariar recursos para construir a maternidade.

Essas experiências de benemerência em favor da assistência à maternidade e à infância, no Piauí, fizeram parte de uma tradição brasileira desde a virada do século XIX para o XX (BARRETO, 1008, p.901-925). No Piauí, timidamente, a sociedade civil instituiu mecanismos para assistir à infância, ora prescindindo do Estado, ora aliando-se a ele (SILVA, 2011, p.45).

Quando da instituição de políticas nacionais de saúde pública, o Estado beneficiou-se da ação benemerita e das instituições já existentes para operacionalizar as políticas propostas. O poder público pôde incorporá-las a um projeto de institucionalização da saúde pública, especialmente a materno-infantil.

Em 1940, por exemplo, a assistência prestada por iniciativa privada, em Piracuruca, foi articulada às políticas nacionais. À época, a Legião Brasileira de Assistência doou um gabinete dentário para o Clube das Mães, bem como recebeu apoio do Departamento Nacional da Criança, por meio de uma verba financeira, que chegava à Piracuruca via Fortaleza (RAMOS, 2003, p.103).

No contexto, as políticas de proteção materno-infantis desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança e a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância do Piauí eram operacionalizadas no Estado, com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Estado e sociedade civil entrelaçavam-se no processo de institucionalização de políticas de saúde pública. Vale lembrar que subsídios privados e públicos possibilitaram a construção da Casa da Criança, em 1943.

A Casa da Criança, instituída em 1943, atendia principalmente às crianças pobres que residiam em Teresina. Visava proporcionar assistência médica e conforto material e moral. Oferecia serviços de triagem, ambulatório de pediatria e puericultura, jardim de infância, creche e lactário (CARDOSO, 2010, p. 441; BATISTA, 2011, p.122). Na Casa da Criança, os infantes inicialmente passavam por triagem e, posteriormente, eram encaminhados para os serviços oferecidos. Enquanto as crianças eram examinadas e medicadas, as mães recebiam orientações dietéticas e conselhos higiênicos (CARDOSO, 2010, p. 441). Além disso, dentro desse espaço institucional eram ofertados cursos de puericultura às mães (CASA DA CRIANÇA, 1943, p. 4) e eram realizadas atividades durante a Semana da Criança, como palestras, concursos, fornecimento de roupas e de produtos higiênicos às crianças pobres (SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 1-6; SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p.1-5).

O surgimento de instituições públicas voltadas à assistência materno-infantil ocorre no âmbito da operacionalização das políticas nacionais de saúde pública, a partir dos anos 1930. Cabe destacar que, a partir 1931, durante a interventoria de Landri Sales, desponta a institucionalização da saúde pública no Estado (ANDRADE, 1941,p.4). A Diretoria de Saúde Pública do Piauí passou a agregar os serviços prestados à população, subdividindo-se nas inspetorias de demografia, polícia sanitária e educação, de saneamento rural, de higiene escolar e de doenças venéreas e lepra (CARDOSO, 2010, p. 428).

No Piauí, durante a interventoria do médico Leônidas de Castro Melo, houve continuidade e apelo por iniciativas de saúde que almejassem o cunho preventivo “como obra de assistência social, melhor amparado, pelo desenvolvimento de medidas

profiláticas, a saúde da coletividade.” (Ibid., p.45). Nesse contexto, alguns dos serviços que mais tiveram destaque, por se direcionarem, direta ou indiretamente, à criança e à maternidade. A oferta dos serviços de saúde alterou-se a partir das reformas implantadas por Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública, no final da década de 1930. A partir da política centralista, vários estados da Federação aprovaram novos regulamentos que estabeleciam o funcionamento de seus departamentos de saúde e dispunham as novas condutas sanitárias que seriam seguidas, dentro de sua área de atuação.

No Piauí, em 1938, foi criado o Departamento de Saúde Pública (DSP-PI). A instituição, como órgão central, exerceu a função de administrar, coordenar e executar todas as atividades relativas à saúde pública do Estado. Desta forma, prestou assistência médico-social (FOUCAULT, 1979, p. 92), laboratorial e sanitária nas áreas distritais como Teresina, Parnaíba e Floriano, transformando os dispensários em Centros de Saúde. Nos demais municípios, as delegacias de saúde tornaram-se postos de higiene (SILVA, 2011, p. 49). Dadas às conjunturas política e institucional, houve uma maior constância dos serviços de assistência à maternidade e à infância. Ações governamentais foram implementadas com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil e melhorar a qualidade de vida das crianças.

Em de 1938, foi criado o primeiro serviço de assistência à criança, funcionando na Casa Laranjeira, junto à Saúde Pública, sob o nome de Serviço da Criança, sob direção do pediatra Dr. Antonio Noronha de Almeida.⁷

Em 1939, passou a funcionar o Centro de Saúde de Teresina. Prestava serviços de registros, estatística e propaganda; higiene pré-natal; higiene da criança; tuberculose; doenças venéreas; lepra; saneamento e política sanitária; higiene da alimentação; higiene do trabalho; laboratório; enfermagem (SILVA, 1939, p. 22)

Em Teresina, com a instalação de um *Serviço Pré-Natal* no Centro de Saúde, o serviço público de assistência médica, a partir da gestação, foi sendo implantado na

⁷ Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Especializou-se em pediatria. GONÇALVES, op. cit., p. 12-16.

cidade, inicialmente denominado “Serviço de sífilis, venéreas e higiene pré-natal (CARDOSO, 2010, p.437; SILVA, 1939, p. 22-50).

A criação do serviço de atendimentos às mulheres grávidas em parceria ao atendimento de doenças venéreas implica duas possibilidades de constatações. Em primeiro plano, reflete a realidade vivida pela sociedade teresinense desde o início da década de 1930. Conforme Sá Filho, a cidade de Teresina, por essa época, vivia uma epidemia de doenças venéreas, as mais recorrentes eram a gonorréia, o cancro mole e a sífilis (SÁ FILHO, 2006). Em segundo plano, mostra a preocupação especificadamente com a mulher grávida, pelo perigo de difusão da doença ao filho. Por esse motivo, as gestantes apareciam como primeiro alvo da campanha profilática.

As principais atividades do serviço de Higiene Pré-Natal se desenvolviam nos dispensários, nos domicílios e no hospital. Era papel das visitadoras aproximar a população do Centro de Saúde. Com o desenvolvimento do trabalho desta agente de saúde pública, o Serviço Pré-Natal tornou-se mais preventivo (SILVA, 1939, p. 27-28).

Além do Serviço Pré-Natal, destacou-se no Centro de Saúde, o atendimento dedicado às crianças. A partir do funcionamento do centro, o Serviço da Criança iniciado pelo Dr. Noronha Almeida foi incorporado ao *Serviço de Higiene da Criança* oferecido na instituição, que procurava combater a mortalidade infantil, através de sistema profilático. O atendimento às crianças ocorria de forma diferenciada. Eram divididas em infantes, entre 0 e 1 ano de idade; pré-escolares, com idade até 6 anos; e escolares, referentes às crianças que cursavam o ensino primário.

A primeira atividade do serviço consistia em descobrir e registrar todos os nascimentos da zona, cabendo às visitadoras sanitárias papel máximo. Neste sentido, competia ao Centro de Saúde procurar receber periodicamente listas vindas dos cartórios e das igrejas, contendo os nomes das crianças registradas e batizadas, com os respectivos endereços (SILVA, 1939, p. 29).

O Centro de Saúde de Teresina, no entanto, estava longe de executar um trabalho conforme previsto no regulamento sanitário, visto que funcionava em espaço adaptado, no mesmo prédio que o Departamento Estadual de Saúde Pública. A deficiência em

estrutura física e aparelhagem limitou a ação dos serviços do Centro de Saúde, restringindo o atendimento apenas a um percentual pequeno da população que residia em Teresina (BATISTA, 2011, p.144).

Um dos desdobramentos da operacionalização da política nacional de saúde materno-infantil foi a criação de postos de puericultura em algumas cidades do Piauí, processo que teve continuidade nas décadas de 1940 e 1950.

Retornando ao início dos anos 1940, cabe destacar a criação na Santa Casa de Misericórdia de Teresina de um Ambulatório de Pediatria e Puericultura, sob a administração do Dr. Olavo Correia Lima.⁸ Em relatório apresentado pelo mesmo ao Diretor do Departamento de Saúde Pública do Estado, afirma-se que o ambulatório possibilitou outro tipo de assistência à criança doente, com cuidados clínicos especializados que, por exemplo, o Serviço de Higiene da Criança, no Centro de Saúde, não podia oferecer. Ainda segundo a sua perspectiva, o atendimento via ambulatório possibilitava a ampliação do serviço de proteção à infância de Teresina, em prestar assistência pediátrica na única instituição hospitalar na época, portanto, de “grande utilidade pública” (AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA E PUERICULTURA..., 1941, p.5).

Em 1941, o interventor Leônidas de Castro Melo, na comemoração do sexto ano de governo, inaugura em Teresina, o *Hospital Getúlio Vargas*. Até então, a cidade não tinha chegado ao ideal médico moderno, centrado na doutrina sanitária brasileira, com atendimento médico-hospitalar em diversas áreas, como atendimento ambulatorial, médico-cirúrgico e domiciliar; assistência materno-infantil e ao trabalhador rural (RAMOS, 2003, p.77).

Com o funcionamento do hospital, a assistência de saúde pública de Teresina passou a contar com clínicas de áreas consideradas básicas, como a médica, a psiquiátrica, a cirúrgica e a obstétrica, acrescidas das clínicas ortopédica, urológica, radiológica, otorrinolaringológica, das doenças infectocontagiosas, além do laboratório

⁸ Médico pediatra. Foi chefe do Ambulatório de Pediatria do Hospital Getúlio Vargas e professor do curso de puericultura ‘Escola de Mãesinhas’, em Teresina. LIMA, 1941, p.12-16.

de análise(SANTOS JUNIOR, 2003, p.169). No que diz respeito à assistência materno-infantil o HGV possibilitou a ampliação da assistência e da intervenção médica sobre a maternidade (CARDOSO, 2010, p.433). A Clínica Obstétrica passa a funcionar no primeiro andar do hospital, dispondo de enfermarias para gestantes, puérperas normais e infectadas, duas salas de parto e um berçário, sendo as duas salas de cirurgia comuns ao atendimento de todo o hospital (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.46).

Nos primeiros anos de funcionamento, a equipe da clínica era composta também por Evangelina Lima e Inês Maria dos Santos, enfermeiras-parteiras transferidas da Santa Casa de Misericórdia (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.46). Importa destacar que a medicina, há época uma classe majoritariamente masculina, não prescindiu do auxílio das mulheres e de saberes considerados tradicionais.

Até o início dos anos 1950, embora o acompanhamento da mulher, a partir do início da gestação, bem como a possibilidade do parto hospitalar fossem desejos médicos, o campo da obstetrícia não apresentou grandes mudanças no que diz respeito ao corpo clínico.

O Ambulatório de Pediatria e Puericultura que funcionava na Santa Casa foi transferido para o HGV. No entanto, o serviço não oferecia um atendimento satisfatório. No relatório de rendimento do Ambulatório Pediátrico, entre os anos de 1941 a 1943, o Dr. Olavo Correia Lima, único médico pediatra da clínica, revela que tinha que limitar o número de crianças atendidas em apenas 25 a 30 crianças diariamente por falta de estrutura (LIMA, 1944, p. 15-21). Eram priorizados os casos mais graves, sejam trazidos pela triagem ou pelos próprios pais dos infantes. Outra possibilidade de atendimento à criança no HGV era através da Enfermaria Pediátrica, sob a chefia do Dr. Noronha Almeida. O serviço responsabilizava-se pelos casos de internação ou pós-cirúrgicos (LIMA, 1944, p. 19; SANTOS JUNIOR, 2003, p.277-278).

Estimulado, o problema da assistência materno-infantil em Teresina começou a sofrer alterações, principalmente no que diz respeito à saúde pública. Ainda em 1940 o relatório de governo do Piauí traz as iniciativas em prol da construção de uma Maternidade em Teresina (ESTADO DO PIAUÍ, 1940, p.84).No entanto, a defesa em

prol da instalação de uma maternidade em Teresina apenas foi alcançada em 1954, com a Maternidade São Vicente, então com capacidade para 130 leitos, uma enfermaria de gestantes, duas de puérperas normais, uma de puérpera infectada, uma enfermaria de operadas, uma pequena enfermaria para gravidez de alto risco, um apartamento para eclâmpticas, uma sala de cirurgia, três salas de parto, dez apartamentos para pensionistas e um berçário (MARTINS, U.; PAZ, R., 2003, p. 129). Com a inauguração da Maternidade São Vicente, foi aumentado o quadro de médicos, de acordo com as necessidades do serviço.

À medida que o quadro de médicos foi crescendo, bem como a demanda por serviços, a Maternidade foi ampliada. A parte anexada funcionou como pensionato, ficando a parte mais antiga para os pacientes do Instituto de Assistência e Previdência do estado do Piauí (IAPEP), Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e não pagantes (CARVALHO JUNIOR, 1989, p.51).

A assistência médica dentro de espaços institucionais, mesmo com suas limitações, era uma possibilidade para gestantes, para as mães e seus filhos, especialmente as residentes em Teresina. Durante o período em estudo, a proteção de mães e filhos como desdobramento da política de saúde, adquiriu caráter efetivo. Iniciativas da sociedade civil bem como a parceria estabelecida com poderes públicos nacionais e estaduais foram decisivos na constituição de um campo⁹ de saúde materno-infantil. Como afirma Cardoso, a assistência à maternidade e à infância foi tributária da institucionalização da saúde e das políticas instituídas pelo Departamento Nacional da Criança (CARDOSO, 2010, p.431).

Paralelamente ao processo de institucionalização da saúde pública no Piauí, ocorreu acréscimo do número de instituições médicas particulares que prestavam atendimento às mulheres e às crianças. Ressalta-se que em contexto anterior, o efetivo médico ainda era escasso no estado. Esse número limitado de médicos relaciona-se ao fato de que, no Piauí, a possibilidade de ingressar em um curso superior ficava restrita a

⁹ A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas. Sobre a noção de campo ver: BOURDIEU, 2003, p.119-126.

uma parcela pequena da elite local e masculina. Não existia na cidade instituição formadora. Os aspirantes a médicos se deslocavam especialmente para o Rio de Janeiro e para a Bahia. A formação de médicos em nível local só passou a ocorrer após a instituição da Faculdade de Medicina do Piauí, em 1968 (SANTOS JUNIOR, 2003, p. 289). Esse fator ajuda a explicar a reduzida presença de médicos, no contexto (GUIMARÃES, 2003).

A partir de 1930, cresce o número de médicos especialistas em Teresina. O campo da saúde pública, ainda precário, não incorporou esse crescimento de oferta de mão-de-obra na área. Os médicos que atuavam na cidade, em grande medida trabalharam em prol da instituição de uma clientela. É possível que, por se tratarem de consultórios e clínicas particulares, esses serviços atingissem apenas parcela da população, as classes mais abastadas.

No período em estudo, os médicos que prestavam serviços particulares também tornaram as mulheres e as crianças alvos privilegiados de sua política, assim como ocorreu com as políticas de saúde pública. Os médicos investiam na construção de uma demanda de serviços nas áreas obstétrica e pediátrica. Uma possibilidade viável de atuação para os médicos, em sua maioria, generalistas, era atender ao público feminino, quando dos partos e prestar atendimento às crianças. Uma das formas de perceber o crescimento da oferta de serviços às mulheres e às crianças era através dos anúncios.

Em Teresina, a partir de 1930, ao lado dos anúncios de parteiras diplomadas (CARDOSO, 2010, p.434), cresceu o número de anúncios de clínicas de médicos que passavam a incluir entre as suas especialidades, o “serviço de parto” e o tratamento das “doenças de senhoras”.

Mostrava-se solicitude nos atendimentos domésticos através de frases como “Atende a chamados”, “Atende a chamados a qualquer hora” e “Atende chamados para o interior”. Ressalta-se, ainda, que essas especialidades poderiam estar agrupadas a assistências muito díspares como a cura de hemorroidas, doenças do aparelho digestivo, diabetes, hepatites e outros. Esses fatos nos permitem pensar que as práticas de parto ainda não era um campo exclusivo da atenção médica, mas que médicos generalistas se predispunham a resolver os casos de urgência, se necessário. Ademais, o parto e as doenças femininas ainda não eram serviços especializados e estavam inseridos dentro de uma oferta geral de serviços médicos.

Destaca-se nessa seara, a Clínica dos Drs. Marques da Rocha e Francisco Almeida e os consultórios dos Drs. Dolival Lobão (CLÍNICA dos Drs..., 1937, p.46), Edison Carvalho (DR. EDISON CARVALHO, 1938, p.12), Rocha Furtado (DR. ROCHA FURTADO, 1938, p.26), Agenor Barbosa de Almeida (DR AGENOR..., 1937, p. 168) e Otto Soares (DR. OTTO SOARES, 1940, p.11).

Entre 1930 e 1940 também se registra a instalação das primeiras clínicas e consultórios “exclusivos para criança” e oferta de serviço “especializado no tratamento de doença das crianças”. Esses consultórios dedicados ao público infantil também eram divulgados por meio de anúncios nos jornais. Prestaram atendimento a essa parcela etária da população os médicos Noronha de Almeida (DR. NORONHA DE ALMEIDA, 1937, p.26), Walter Abreu (DR. WALTER ABREU, 1937, p. 64), Olavo Correia Lima (DR. OLAVO CORREIA LIMA, 1941, p.7) e Domingos Matos (DOMINGOS MATOS PEREIRA, 1943, p.2).

A respeito da oferta médica, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro lembra que data do ano de 1934 a chegada de um “grande ginecologista e obstetra” a Teresina, o Dr. Antonio Maria Correia (MONTEIRO, 1993, v. 3, p.309). O médico ficou encarregado do tratamento da sua avó, D. Julia Figueiredo, acometida por hemorragias decorrentes do período da menopausa. Após o episódio, tornou-se “ardorosa e grata cliente do jovem médico” (Ibid.). Esse relato demonstra que a construção de uma

relação de confiança e o surgimento da gratidão integravam o processo de aproximação entre médicos e a clientela feminina.

Em 1941, o Dr. Zenon Rocha¹⁰ passara seis meses no Rio de Janeiro realizando curso especializado em ginecologia e obstetrícia (DR. ZENON..., 1941, p.1). Nas suas atividades médicas, em Teresina, dedicou-se às operações, a doenças de senhoras e partos, atendendo no consultório e em sua residência (DR. ZENON, 1943, p.4).

Enquanto a saúde pública institucionalizava-se priorizando a política nacional voltada para uma medicina preventiva, com a assistência prestada pelos Centros de Saúde e Postos de Higiene, os consultórios particulares disponibilizavam à população um outro tipo de medicina, a curativa.

Essas medicinas, em busca de legitimação, encontravam uma população que continuava a valorizar práticas tradicionais de cura. Nesse cenário, um investimento bastante utilizado pelos consultórios eram as propagandas, com ênfase na doença (de senhoras e crianças) e no parto. Em contexto em que se problematizava a assistência materno-infantil, as clínicas e os consultórios particulares também focalizavam estes alvos.

Podemos afirmar que as atividades dos médicos, exercidas em instituições privadas, somavam-se ao investimento do Estado e da sociedade civil, em prol da incorporação das mulheres e das crianças, aos preceitos médicos.

Fontes

AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA E PUERICULTURA DA SANTA CASA, o relatório do chefe desse serviço. *Diário Oficial*, ano XI, nº 16, p.5, 21 de janeiro de 1941.

ANDRADE, Francisco Freire de. A política sanitária do Interventor Federal no Piauí. *Diário Oficial*, ano XI, n.193, p.4, 30 de agosto de 1941.

CASA DA CRIANÇA, Curso de Puericultura. *Diário Oficial*. Teresina, ano XIII, n. 140, p. 4, 16 de novembro de 1943.

¹⁰ Médico. Formado pela Universidade do Brasil, em 1939. Exerceu a sua profissão, no Piauí, dentro das especialidades de ginecologia e cirurgia. Foi diretor do Hospital Getúlio Vargas e Areolino de Abreu, um dos idealizadores da Faculdade de Medicina do Piauí, da qual foi diretor e professor. GONÇALVES, op.cit., p.343.

- CLÍNICA dos Drs. Marques da Rocha e Francisco Almeida. *Almanaque Piauiense*, ano 4, p.46, 1937.
- COSTA, Emilio. Um caso de prenhez abdominal, com feto vivo, no 9º mês de gestação. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.2, p. 115-118, dez., 1939.
- DOMINGOS MATOS PEREIRA. Especialista no tratamento das doenças das crianças e paludismo. *Jornal Gazeta*, ano XXXII, n. 1323, p.2, 05 de janeiro de 1943.
- DR AGENOR Barbosa de Almeida. *Almanach Piauiense*, Teresina, ano 4, p. 168, 1937.
- DR. NORONHA DE ALMEIDA, Clínica de Crianças. *Almanach Piauiense*, Teresina, ano 4, p.26, 1937.
- DR. OLAVO CORREIA LIMA. Clínica exclusiva de criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano XI, n.5, p.7, 08 de novembro de 1941.
- DR. OTTO SOARES. *Diário Oficial*, ano X, n. 3, p.11, 4 de janeiro de 1940.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, interventor federal do Estado do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1931 - 1935.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo interventor Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.
- FURTADO, Rocha. Administração intempestiva de um oocítocito e conseqüente ruptura uterina, histerectomia, peritone, morte. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.2, p. 125-129, dez., 1939.
- FURTADO, Rocha. Da cura cirúrgica das fistulas vesico-vaginais, a propósito de uma grande fistula, alta, curada, com uma única intervenção. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.1, v.2, p. 16-20, jun., 1940.
- LACTÁRIO SUZANNE JACOB em Parnaíba. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.2, p.139-140, dez., 1939.
- LIMA, Olavo Correia . Rendimento de um ambulatório de pediatria(Ambulatório de Pediatria do Hospital Getúlio Vargas, 1941 a 43. Teresina). *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.8, p. 15-21, dez., 1944.
- LIMA, Olavo Correia. Assistência à infância no Piauí. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.1, v. especial, p. 12-16, dez., 1941.
- MARTINS, Ursulino; PAZ, Renato. Mortalidade Infantil no Piauí: Influência da má assistência obstétrica. *Revista na Associação Piauiense de Medicina*, n.20, p. 27 – 31, 1961.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. *Rua da Glória 3: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 3.
- SANTOS JUNIOR, Luiz Airtton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Ed. Academia de Medicina do Piauí; 2003.
- SEMANA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, ano XIV, n.127, p. 1-6, 17 de outubro de 1944.

SEMANA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, ano XV, n.128, 27 de outubro de 1945, p.1-5.

SILVA, Candido. Centro de Saúde de Teresina *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.1, p. 22, ago., 1939.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.901-925, out.-dez. 2008.

BATISTA, Sorailk Lopes. *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO JUNIOR, Dagoberto Ferreira de. *A obstetrícia no Piauí: subsídios para sua história*. Recife: Ed. Apipucos, 1989.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 – 2003*. Teresina, 2003.

GUIMARÃES, Maria Regina Contrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Dissertação (História das Ciências da Saúde), Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2003.

NOGUEIRA, Lydia Tolstenko. *A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1977*. Tese (Doutorado em Enfermagem), Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

RAMOS, Francisco Ferreira. *Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural 1500 – 2000*. Teresina: Gráfica do povo, 2003.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do Prazer: Boemia e Prostituição em Teresina (1930 – 1970)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2006.

SANTOS JUNIOR, Luiz Airton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Ed. Academia de Medicina do Piauí, 2003.

SILVA, Iêda Moura da Silva. *Hospital Getúlio Vargas: a atuação da política de saúde pública em Teresina, 1937-1945*. Dissertação (Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SILVA, Iêda Moura da Silva. *Tempos de epidemias: a medicalização da sociedade teresinense nas primeiras décadas do Regime Republicano*. Monografia. Teresina, 2007.